



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: UM PODCAST SOBRE A VIOLÊNCIA  
POLÍTICA CONTRA DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO  
DAS ELEIÇÕES DE 2022**

**ANA PAULA DE CARVALHO SOUZA CARVALHO**

Rio de Janeiro

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO**

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: UM PODCAST SOBRE A VIOLÊNCIA  
POLÍTICA CONTRA DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO  
DAS ELEIÇÕES DE 2022**

Projeto prático submetido à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social - Jornalismo

**ANA PAULA DE CARVALHO SOUZA CARVALHO**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky**

Rio de Janeiro  
2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

C532m Carvalho Souza Carvalho, Ana Paula  
Memórias de resistência: um podcast sobre a  
violência política contra defensores de direitos  
humanos no contexto das eleições de 2022 / Ana Paula  
Carvalho Souza Carvalho. -- Rio de Janeiro, 2024.  
26 f.

Orientador: Marcelo Kischinhevsky.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da  
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:  
Jornalismo, 2024.

1. podcast. 2. violência política. 3. eleições. 4.  
ativismo. I. Kischinhevsky, Marcelo , orient. II.  
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o trabalho **Memórias de resistência: um podcast sobre a violência política contra defensores de direitos humanos no contexto das eleições de 2022**, elaborado por **Ana Paula de Carvalho Souza Carvalho**.

Aprovado por

Documento assinado digitalmente  
 **MARCELO KISCHINHEVSKY**  
Data: 22/07/2024 10:21:20-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky

Documento assinado digitalmente  
 **MARIALVA CARLOS BARBOSA**  
Data: 17/07/2024 16:16:57-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof(a). Dr(a). Marialva Barbosa

Documento assinado digitalmente  
 **SUZY DOS SANTOS**  
Data: 17/07/2024 21:46:01-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzy dos Santos

Grau: 9,5

Rio de Janeiro, no dia 17/07/2024

Rio de Janeiro

2024

CARVALHO, Ana Paula de Carvalho Souza. **Memórias de resistência: um podcast sobre a violência política contra defensores de direitos humanos no contexto das eleições de 2022**. Orientador: Marcelo Kischinhevsky. Projeto prático (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2024.

## RESUMO

O podcast Memórias de Resistência surge com a intenção de evocar o papel desempenhado por defensores de direitos humanos durante as eleições de 2022. Este trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre os desafios enfrentados por ativistas no ano eleitoral, bem como traçar rotas possíveis de enfrentamento à violência política no Brasil. O formato escolhido para a realização deste trabalho de conclusão de curso foi o projeto prático, em podcast, entendendo seu potencial de distribuição, e nosso dever, enquanto comunicadores, de decodificar a mensagem, de modo que se torne inteligível para todos os públicos, independentemente de grau de escolaridade, classe social e outros. A fundamentação teórica calcada em dados e entrevistas ratifica que a proteção de defensores de direitos humanos é um tema de grande relevância, sobretudo em um país que se pretende democrático.

**Palavras-chave:** podcast; violência política; eleições; ativismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	.....
<b>1. QUEM PROTEGE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS?</b>	.....
1.1 A violência política no Brasil	.....
1.2 Dados sobre violência política nas eleições de 2022	.....
<b>2. O RÁDIO EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MUDIÁTICA</b>	.....
2.1 O podcasting hoje	.....
2.2 Relatório de produção	.....
<b>3. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO</b>	.....
3.1 Gravação	.....
3.2 Entrevistas	.....
3.2 Edição	.....
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	.....
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	

## Introdução

Historicamente, pessoas que dedicam suas vidas a combater sistemas de opressão — que atingem de maneira desproporcional grupos minorizados como mulheres, negros, favelados, LGBTQIAP+, entre outros — sofrem as consequências de enfrentar o regime vigente e questionar o *status quo*. A elas, dá-se o nome de defensoras de direitos humanos ou, simplesmente, ativistas. Embora sua atuação esteja alinhada às garantias asseguradas pelos tratados internacionais e regionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, respectivamente, não raro casos de violência contra ativistas são retratados na mídia.

Nos últimos anos, a tendência de criminalização de protestos em todo o mundo se fortaleceu, influenciado, entre outros agentes, pelos poderes estatais e não-estatais, que enfraqueceram o espaço de diálogo, participação e expressão de grupos e indivíduos. Somado a isso, na era das redes sociais, ativistas têm tido seus canais de comunicação invadidos, suas informações pessoais expostas e seus rostos divulgados. As intimidações ocorrem de várias maneiras, podendo ser por meio da criminalização do ato de protestar, perseguição, intimidação, abuso da força policial, ameaças e até mesmo assassinatos. No Brasil, por exemplo, execuções de defensores de direitos humanos não são casos isolados.

Em março de 2018, a 5ª vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016 foi brutalmente assassinada. Seu nome era Marielle Franco. Socióloga, Marielle lutava, entre outras pautas, por uma política de segurança pública capaz de garantir o direito à vida, especialmente quando se fala em jovens negros e pobres, uma vez que são as vítimas mais frequentes da violência de Estado. Mais de meia década depois de sua morte, as autoridades ainda buscam respostas sobre quem mandou matar um dos símbolos da luta pelos direitos humanos no Brasil e no mundo.

Em junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados durante uma viagem pelo Vale do Javari, segunda maior terra indígena do Brasil, localizada no extremo-oeste do Amazonas. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, o homicídio de Bruno Pereira teria correlação com seu trabalho de defesa dos povos indígenas habitantes do território. Ainda nesse ano, as eleições presidenciais chamaram atenção para outra problemática frequente no cenário eleitoral brasileiro: a violência política. Esse contexto, marcado sobretudo pela disputa de narrativas pró e contra

direitos humanos, fez com que ativistas e organizações de defesa dos direitos humanos se mobilizassem, iniciando uma frente de resistência em oposição à agenda antidireitos.

Nota-se, portanto, que lutar pela defesa dos direitos humanos significa, dentre uma série de possibilidades, colocar a sua própria vida em risco. Por isso, questiono: quem defende defensores e defensoras de direitos humanos? Esta é a pergunta motivadora deste trabalho de conclusão de curso. Aqui, o objetivo é usar o podcast para criar memória acerca do processo de resistência vivenciado por ativistas que – em um contexto de retórica antidireitos sistematicamente reproduzida pelo chefe de Estado, e violência contra pessoas defensoras de direitos humanos – resistiram às intimidações e atuaram na linha de frente da luta em oposição ao discurso antidemocrático.

A escolha do projeto prático em vez da monografia se deu pelo meu interesse em podcasts, nos seus mais diversos formatos e categorias. Além disso, encontrei no podcast a possibilidade de integrar os aprendizados que adquiri ao longo da graduação. Quanto ao formato, escolhi produzir um podcast jornalístico, tendo em vista três pontos: o primeiro baseia-se em minha formação enquanto jornalista, que me permite colocar em prática aprendizados como técnicas de entrevista, escrita e edição; o segundo está relacionado ao lugar que o podcasting ocupa hoje, enquanto conteúdo de fácil produção; e o terceiro tem a ver com seu formato mais acessível, no que diz respeito ao consumo e distribuição nas mais variadas plataformas de áudio.

Participam deste projeto as ativistas Naiane Queiroz, do estado do Pará, e Sheila Cristina, do estado de São Paulo. Mulher jovem, negra e amazônida, Naiane Queiroz é ativista há cinco anos, no entanto, seu compromisso com a luta por direitos iniciou durante sua adolescência, inspirada por outras mulheres amazônidas defensoras de direitos. Sheila Cristina, por sua vez, é ativista dos direitos humanos e ambientais há quase uma década, e tem como principais pautas de atuação as temáticas racial, climática e de gênero.

Dois mil quilômetros de distância separam Naiane e Sheila, no entanto, o desejo por um país que respeite verdadeiramente os direitos de todas as pessoas as une. Além das ativistas, contribuem como especialistas Alane Luzia da Silva, assessora jurídica popular da Terra de Direitos, e Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional Brasil, o maior movimento de defesa dos direitos humanos do mundo.

A relevância deste trabalho, sob a minha perspectiva, concentra-se, sobretudo, em três pontos principais: o primeiro é que o direito à manifestação pacífica é assegurado a partir da combinação entre as liberdades de expressão, associação e reunião e, embora não

haja um artigo que o defina na Declaração Universal dos Direitos Humanos, este direito é reconhecido internacionalmente como parte importante dos direitos civis e políticos. Apesar disso, ativistas seguem como alvo de grupos contrários à garantia dos direitos humanos para todas as pessoas, o que gera um ambiente inseguro para a atuação de defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil e no mundo.

Em segundo lugar, o trabalho busca propor uma reflexão acerca do grave cenário ao qual ativistas estão submetidos quando o assunto é defesa dos direitos humanos, uma vez que perseguições, ameaças, prisões indevidas e até mesmo assassinatos fazem parte do *modus operandi* de grupos contrários à agenda de Direitos Humanos, mesmo em um período em que se celebra a “festa da democracia”. Nesse sentido, vislumbro como papel do jornalista jogar luz sobre tal problemática, de modo a “lembrar para não esquecer”, ou seja, recordar para não permitir que os crimes do passado se repitam.

Em terceiro lugar, o projeto tem por objetivo encorajar o corpo discente a explorar novas formas de diálogo com o público, mas sem deixar de relatar, de maneira fiel, a realidade em relação aos desafios enfrentados ao longo das etapas de idealização, produção, edição e distribuição.

Além da exibição do episódio de podcast, este trabalho está estruturado em três capítulos. O capítulo 1 versa sobre a violência política no Brasil e quais fatores contribuíram para chegarmos ao cenário das eleições de 2022, marcadas sobretudo por tentativas de intimidação, agressão, denúncias de assédio eleitoral e até mesmo assassinatos por discordâncias políticas. O capítulo 2, por sua vez, discorre sobre o surgimento do podcasting, seus formatos, classificações e seu lugar enquanto tendência em consumo de informações e entretenimento, especialmente no Brasil, que hoje ocupa o lugar de terceiro país que mais consome podcast no mundo, atrás apenas da Suécia e Irlanda.

No terceiro e último capítulo é apresentado o relatório de produção, que conta os bastidores da construção do podcast, detalhando as etapas de roteiro, busca de personagens, gravação, entrevistas e edição. Por fim, tem-se as considerações finais, analisando a junção do tema à perspectiva e escrita acadêmica, e apresentando as principais conclusões que cheguei após a finalização deste projeto prático de conclusão de curso.

## **1. Quem protege defensores de direitos humanos?**

Como forma de mitigar a problemática de violência contra defensores e defensoras de Direitos Humanos no país, em 2004, foi criado o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). Nos últimos anos, no entanto, o PPDDH sofreu redução de verbas, o que evidenciou um enfraquecimento da política que protege pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil. Segundo levantamento das organizações Terra de Direitos e Justiça Global, o PPDDH executou apenas 62,2% dos R\$ 9,3 milhões orçados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, demonstrando uma variação considerável se comparado aos governos Dilma e Temer, que tiveram, em média, mais de 90% de execução orçamentária.

No segundo semestre de 2021, a ONG Global Witness apontou que 20 assassinatos de ativistas foram registrados no Brasil em 2020, colocando o país como o quarto mais violento no mundo. Destes, nove em cada dez ataques registrados ocorreram na região amazônica. Já um informe da relatoria da ONU sobre defensores de direitos humanos no primeiro semestre de 2021 indicou que, de 2015 a 2019, 174 brasileiros foram assassinados. O número é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Colômbia, com 397 casos de execução.

É nesse sentido que organizações da sociedade civil, como a Anistia Internacional Brasil, têm cobrado pela efetivação da política. A Anistia Internacional Brasil, por exemplo, lançou a campanha ‘Sua Voz Muda o Mundo’, que pressiona pela elaboração de um Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos que considere marcadores de gênero, raça, território, etnia e diversidade sexual na elaboração de suas medidas, objetivos e estratégias.

### **1.1 A violência política no Brasil**

Disputas de narrativas motivadas por interesses políticos fazem parte do jogo democrático. A divergência de ideias compõe o contexto eleitoral e dá sentido ao que se propõe a democracia, marcada sobretudo pela garantia do direito de participação dos cidadãos e cidadãs aos assuntos de interesse coletivo. No entanto, a completa adesão ao sistema democrático é transgredida quando há violações de direitos motivadas por

intolerância e divergência de ideias. Ao rompimento do pacto democrático descrito, dá-se o nome de violência política. Esse fenômeno pode ser definido como:

O repertório de atos físicos ou de intimidação psicológica praticado, diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa ou grupo de pessoas, detentoras ou não de funções de representação política ou mandatos eletivos, com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegitimamente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/ os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os. (Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020, 2020, p. 14)

Compreende-se, portanto, que a violência política não se limita às barreiras físicas, ou seja, ela não ocorre unicamente através de agressões diretas. A violência política acontece também no campo psicológico, através de ameaças, discriminações, intimidações, ofensas ou qualquer meio capaz de desestabilizar o alvo. E, segundo o relatório Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020, dimensões de gênero, raça, classe social, orientação sexual, religioso, entre outros, que insiram a vítima em grupos historicamente vulnerabilizados, são fatores que determinam como o alvo será afetado.

## **1.2 Dados sobre violência política nas eleições de 2022**

De acordo com levantamento feito pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global, em 2022, o número de casos de violência política cresceu mais de 400% se comparado a 2018, ano da última disputa pelo cargo de Presidente da República. Ainda segundo a pesquisa, que mapeou 542 casos ilustrativos de violência política desde 02 de setembro de 2020 a 31 de outubro de 2022, dois meses antes do primeiro turno das eleições, o número de casos de violência política chegou próximo a alcançar a quantidade de casos registrados nos primeiros sete meses do ano eleitoral.

Outra sistematização realizada pela Anistia Internacional Brasil mostrou que, entre julho e setembro de 2022, meses que antecederam o primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil, foram identificadas 42 situações de violações de direitos humanos. Em média, a cada 2 dias ocorreu pelo menos uma violação de direitos humanos.

Outro levantamento realizado pela Anistia Internacional Brasil no segundo turno das eleições revelou que foram documentadas 59 ocorrências de violência com motivação política entre 2 e 26 de outubro. Tal estatística evidencia um aumento de 40% em relação

às ocorrências analisadas durante o primeiro turno das eleições e pelo menos dois casos de violência com motivação política por dia. Ademais, dos casos que envolveram situação de intimidação, todas as situações documentadas envolveram ameaças dirigidas a pessoas identificadas como apoiadoras do Partido dos Trabalhadores ou do candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

O estudo “Na linha de Frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”, desenvolvido pelas organizações Justiça Global e Terra de Direitos, apontou que, entre 2019 e 2022, houve 1171 casos de violência, sendo 169 assassinatos e 579 ameaças. Em média, três defensores e defensoras de direitos foram assassinados por mês.

## 2. O rádio em tempos de convergência midiática

Criado entre o final do século XIX e início do século XX pelo italiano Guglielmo Marconi, o rádio que hoje conhecemos como meio de comunicação de massa enfrentou uma série de desafios até ocupar as estantes dos lares e comércios de países subdesenvolvidos e se tornar, de fato, um meio de comunicação de massa.

Embora os primeiros passos para o avanço da comunicação no Brasil tenham sido dados, Barbosa Filho (2003) defende que foi apenas com a radiodifusão que o rádio se estabeleceu no país. Isso porque, no início, o acesso ao rádio era privilégio da elite, uma vez que os aparelhos receptores precisavam ser importados, o que impedia ainda mais o barateamento para acesso das classes menos abastadas. A consolidação, em primeiro momento, do rádio como produto da elite, fez com que toda a programação fosse pensada exclusivamente para esse público. Segundo Barbosa Filho, o rádio “era um meio que tocava óperas, apresentava palestras culturais dirigidas às elites e sobrevivia de músicas emprestadas de colecionadores”.

Foi em 1923, com o objetivo de transmitir conteúdos educativos e atingir pessoas para além da classe abastada, que Roquette Pinto e Henry Morize criaram a Rádio Sociedade do Rio. A partir de então, especialmente durante a década de 1930, que o rádio começa a sofrer transformações significativas, dando os primeiros passos para o que é hoje.

Segundo Ferraretto, com a chegada da internet e o avanço da telefonia móvel, a partir dos anos 1990, o rádio – “meio que transmite, na forma de sons, conteúdos jornalísticos, de serviço, de entretenimento, musicais, educativos e publicitários”. (FERRARETO E KISCHINHEVSKY, 2010, p. 1009) – entrou na fase da convergência. É um momento em que as empresas, temendo a perda de mercado diante de um contexto de grande competitividade, investem em novos formatos e negócios diversos, prática pouco (ou quase nada) comum anteriormente. Lopez (2010) expõe que, a partir desse momento, as mídias passaram a se adequar à nova conjuntura:

“As primeiras iniciativas que apontavam para a convergência nos veículos de comunicação aconteceram no final dos anos 1990, com a entrada na internet de emissoras de televisão e jornais impressos que, neste período, passaram a adequar e construir conteúdo específico para o site.” (LOPEZ, 2010, p. 16.)

Henry Jenkins conceitua a convergência como “fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, a cooperação entre vários mercados midiáticos e o

comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de entretenimento” (JENKINS, 2009, p. 27). Esse circuito de conteúdos que se atualizam a partir da combinação de diversos formatos e plataformas, segundo o autor, não ocorre ao acaso e nem é fruto de um processo meramente tecnológico. Para Jenkins, a convergência ocorre sobretudo dentro do cérebro de cada consumidor e, conseqüentemente, na interação deste com os outros.

“A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disso: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final”. (JENKINS, 2009, p. 41)

Se antes o público consumia o conteúdo de maneira passiva, agora, a audiência subverte essa lógica, ao poder trocar informações e opiniões não apenas com os demais ouvintes, através de fóruns online, mas também com o próprio profissional que produz o conteúdo, possibilitando uma interação nunca antes vista.

Para ilustrar os impactos da convergência sobre o público, Jenkins (2009) cita o reality show *Survivor*. A cada episódio, fãs do programa se reuniam em fóruns online para especular sobre os possíveis resultados do programa e para procurar informações que pudessem levar às respostas apenas reveladas durante o programa. Essa nova forma de distribuição, possibilitada pela chegada da internet, gerou um novo modo de consumo do conteúdo: se na época da televisão as pessoas reservavam um momento presencial para falar sobre os programas televisionados, no atual momento da internet “a hora do cafezinho tornou-se digital” (JENKINS, 2009, p. 51).

Apesar das mudanças que o conteúdo de determinado meio pode sofrer, Jenkins defende que “uma vez que um meio se estabelece, ao satisfazer alguma demanda humana essencial, ele continua a funcionar dentro de um sistema maior de opções de comunicação”. Isso significa dizer, portanto, que o rádio e a própria televisão não deixarão de existir, ainda que seu status social caia.

Kischinhevsky (2016) indica que o cenário de crescente convergência foi fator decisivo para mais uma demanda de reinvenção do rádio, que reagiu alinhando-se à internet e à telefonia móvel, mas sem perder sua essência. Essa mudança fez com que o rádio se tornasse um meio de comunicação expandido, isto é, um meio que ultrapassa as

ondas hertzianas e atinge as redes sociais, celulares, sites de jornais, plataformas de música, entre outros.

O rádio é hoje um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, sites de jornais, portais de música. A escuta se dá em frequência modulada (FM), ondas médias (AM), curtas e tropicais, mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, tablets; pode ocorrer ao vivo (no dial ou via streaming) ou sob demanda (podcasting ou através da busca em arquivos ou diretórios). (KISCHINHEVSKY, 2016. p. 13.)

É neste contexto de convergência que as experiências se atravessam e que “os limites passam a se diluir tanto no uso das novas ferramentas no dia-a-dia quanto na sua utilização nas rotinas produtivas do jornalismo” (LOPEZ, 2010, p. 15). Enquanto no passado era possível diferenciar as ferramentas de trabalho e suas funções, hoje essa separação é quase inexistente, uma vez que um único aparelho de telefone celular é capaz de realizar o trabalho de diversos aparelhos – desde a captação de áudio e vídeo, passando pela escrita e chegando até a edição do conteúdo produzido.

## **2.1 O podcasting hoje**

O podcasting surgiu em abril de 2004, quando uma série de palestras dadas por figuras notórias daquele momento foi disponibilizada para download. A partir de então, o formato foi adaptado para abarcar outras atrações, o que possibilitou que, anos depois, o número de downloads mensais chegasse à casa dos milhões (BONINI, 2020).

O termo podcasting foi cunhado pelo jornalista britânico Ben Hammersley, num artigo para o jornal *The Guardian*, onde utilizou a palavra para designar a forma de distribuição online da série de entrevistas realizadas pelo jornalista Christopher Lydon. O vocábulo é uma junção entre as palavras “broadcasting” e “pod”, em referência ao iPod, um player de mídia desenvolvido pela Apple, embora não seja exclusivo do iPod, podendo ser baixados em notebooks, tablets, celulares, entre outros. Ainda que determinados autores tenham condenado o nome por considerarem propaganda para a gigante da tecnologia, o termo se popularizou até, em 2005, ser escolhido como a “palavra do ano” pelo dicionário *New Oxford American*.

É neste contexto, no início dos anos 2000, que sistemas de distribuição automatizada de áudios a partir de feeds, como o RSS (Really Simple Syndication), começaram a ser utilizados (KISCHINHEVSKY, 2016). Na esteira desse processo, foram criados programas com o objetivo de organizar os conteúdos assinados pelos ouvintes – um

dos programas até hoje conhecidos é o iTunes. Esse percurso pavimentou o caminho para o surgimento do podcasting e da mídia transmitida por esse processo no espaço da web, o podcast.

Podcasting é uma tecnologia para distribuição, recepção e escuta sob demanda de conteúdo sonoro produzido por tradicionais editores, como rádio, companhias editoriais, jornalistas e instituições educacionais (escolas, centros de ensino profissionalizante), ou criado por produtores independentes de rádio, artistas e amadores. (BONINI, 2020. p. 14.)

Castro (2005) afirma que embora o podcasting pareça, em certa medida, com as rádios via satélite, o sistema de distribuição RSS denota um grande diferencial. Isso ocorre porque o fluxo de transmissão inverte o sentido, passando de um → muitos, característico dos meios de transmissão massivos como televisão e rádio, para muitos → um, a partir do momento em que o público escolhe o conteúdo que será consumido. Nessa perspectiva, segundo Medeiros (2005), pode-se dizer que o podcasting representa uma ruptura da lógica massiva de distribuição, uma vez que o público tem a possibilidade de montar a sua própria grade de conteúdos de acordo com seus gostos pessoais, combinando música, notícia, jogos, entre outros sem ter de seguir a grade pré-estabelecida pela indústria.

Segundo Bonini (2020), desde o início do podcasting, em 2004, a tecnologia seguiu dois caminhos: o da produção independente – aproveitado por religiosos, artistas, ativistas, produtores independentes e por instituições educacionais, que tinham o podcasting como forma barata de distribuição de seus conteúdos e ideais – e o comercial, produzido por pessoas do mundo do entretenimento e por gigantes da comunicação, que passaram a olhar o podcasting como meio rentável a partir de 2012, nomeado pelo autor como a segunda era de ouro do podcasting.

É a partir desse momento, a era de ouro, que o podcasting começa a ser analisado como um meio rentável, capaz de angariar apoio financeiro de seus ouvintes através de plataformas de crowdfunding, ou financiamento coletivo – atualmente, no Brasil, há sites como Catarse e Apoia.se. O primeiro projeto a ganhar destaque nesse sentido foi o podcast 99% Invisible, sobre design e arquitetura, que, com o apoio de 5.661 ouvintes, recebeu US\$ 170 mil. No ano seguinte, o podcast cresceu ainda mais, levantando US\$ 375 mil a partir do apoio de 11.693 ouvintes.

Em 2011, o casal Daniel Alarcon e Carolina Guerrero recebeu US\$ 46 mil de 600 ouvintes para produzir o programa Radio Ambulante, que conta histórias do dia a dia de pessoas latino-americanas. Anos mais tarde, em 2014, Roman Mars lançou um coletivo de

podcasts narrativos denominado Radiotopia. Com este projeto, Mars alcançou US\$ 620 mil, doados por 21 mil apoiadores.

Embora a segunda era de ouro do podcasting tenha começado em 2012, foi apenas dois anos depois, em 2014, que a modalidade cresceu e se tornou um fenômeno mainstream (KISCHINHEVSKY, 2018). Bonini (2020) atribui a transformação do podcasting em um meio digital massivo à evolução tecnológica, que propiciou o avanço dos smartphones, do acesso em larga escala à internet e às redes sociais baseadas em som, que permitiu que milhões de pessoas pudessem baixar seus programas favoritos.

A escalada aconteceu a partir do lançamento do podcast Serial, co-produzido por Sarah Koenig e Julie Snyder e desenvolvido pela produtora do programa radiofônico This American Life. Na primeira temporada, o podcast narra a história de uma jovem estudante assassinada em Baltimore, no ano de 1999. A segunda e terceira temporadas narram, respectivamente, as histórias de um soldado americano que foi mantido por cinco anos no Afeganistão pelo Talibã e depois acusado de deserção, e os casos dentro do Complexo do Centro de Justiça na área de Cleveland. O podcast foi um sucesso antes mesmo de sua estreia: Serial ocupou o primeiro lugar do iTunes ao longo de semanas. Após seu lançamento, o podcast foi o mais rápido a atingir 5 milhões de downloads, segundo a Apple. Em setembro de 2018, os episódios da primeira e segunda temporadas tinham sido baixados mais de 340 milhões de vezes.

Em 2020, a pandemia de Covid-19, marcada sobretudo pelas regras sanitárias de distanciamento social e não-aglomeração, exigiu uma pausa nas atividades cotidianas. Se antes o trabalho e o estudo eram realizados de maneira presencial, na pandemia, o mundo teve de se adaptar ao modelo remoto, via internet. Esse contexto favoreceu o aumento no consumo de podcasts no Brasil, levando o país à posição de quinto lugar no ranking mundial de crescimento da produção de podcasts, segundo estudo realizado pela Globo, em parceria com o Ibope.

De acordo com a pesquisa, no Brasil, o consumo do podcast se dá de modo paralelo, dividido com outras atividades, como em momentos de tarefas domésticas (44%), navegação na internet (38%), antes de dormir (25%), durante o trabalho/estudos (24%), trânsito para trabalho/faculdade (24%), atividades físicas (20%) e cuidados pessoais (18%). Segundo Carvalho (2011), essa possibilidade existe em função da autonomia facilitada pelo caráter assíncrono do podcast, uma vez que “o momento e a forma de

recepção/interação com o produto midiático são escolhidos de acordo com a disponibilidade e conveniência do ouvinte usuário”.

Em relação aos conteúdos que mais fazem sucesso no Brasil, Silva e Santos (2020) identificaram que programas de debate estão entre os mais difundidos. Junto a isso, o pesquisador observou que, quanto à periodicidade, os formatos mais consumidos são os semanais; quanto ao tempo médio de exibição, tem-se que 70% dos podcasts brasileiros têm duração acima de meia hora.

Lindgren (2016) defende que o rádio e o podcast propiciam naturalmente um ambiente confortável para a contação de histórias. Diferentemente da TV, argumenta a autora, o rádio explora os sentidos, sobretudo a imaginação do ouvinte, que é instigado a criar um cenário para a narrativa que está sendo desenvolvida. Essa experiência é proporcionada, sobretudo, por fones de ouvido, que transmitem uma sensação de aconchego, aprofundando ainda mais o laço criado com a audiência. Uma pessoa ouvida pela pesquisa citada anteriormente ilustra o argumento da autora:

“Parece que estou dentro da conversa que estou ouvindo...Às vezes, até falo sozinha, rio sozinha...Tem uma explosão de pensamentos, começo a imaginar tudo. Tira a solidão, parece que tem alguém ali conversando com você.” (Fonte: Pesquisa Podcast – IBOPE para CMI Globo | Outubro 2020).

### **3. Relatório de produção**

Desde meu início na disciplina de Projeto Experimental, decidi que meu trabalho de conclusão de curso seria sobre podcast. A princípio, pensei em uma série de temas que poderiam ser abordados na monografia, desde análise contéudística de um podcast de entrevistas até a forma de interação com o público de um podcast de histórias. As alternativas, no entanto, não supriam meu desejo de somar meu gosto por podcasts à minha função de contadora de histórias, enquanto futura jornalista. Foi, então, a partir de uma conversa com meu orientador sobre a possibilidade de produzir um podcast, que surgiu a ideia de somar os meus conhecimentos e gostos ao trabalho de conclusão de curso.

Paralelamente à busca por um tema que fizesse sentido para meu trabalho de conclusão de curso, em 2022, a enxurrada de casos de violência política contra pessoas defensoras de direitos humanos me chamou atenção. Neste período, acompanhei o trabalho realizado pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), além de tantas outras organizações da sociedade civil, no recebimento de denúncias de violência política e produção de material educativo para este público, haja vista que são pessoas historicamente afetadas pela violência política no Brasil.

A partir de então, cheguei ao tema do presente trabalho de conclusão de curso. Decididos formato e tema, mergulhei em uma intensa busca de dados, reportagens e artigos que pudessem embasar as escolhas feitas para o podcast “Memórias de Resistência”. Finalizado o processo de pesquisa, foi momento de ir em busca de pessoas capazes de contextualizar o tema e, claro, jogar luz sobre tal problemática.

Este capítulo tem por objetivo detalhar todo o processo de produção do podcast, que se dividiu em três etapas: pré-produção, entrevistas e pós-produção. Ainda neste capítulo, justifico as escolhas de cada personagem que participou do episódio e os principais desafios de cada etapa.

#### **3.1 Gravação**

Criar um podcast é uma proposta atrativa, dentre outras coisas, por suas inúmeras possibilidades de produção. No entanto, para garantir um produto de qualidade é necessário, sobretudo, contar com uma boa captação de áudio. No contexto deste trabalho,

por um fator geográfico, não foi possível realizar as entrevistas presencialmente, o que compromete em certo grau a qualidade do produto final.

Junto a isso, houve a necessidade de se adequar à realidade dos entrevistados que, por vezes, enfrentaram dificuldades de conexão, o que também prejudicou a captação do áudio. Tendo isso posto, busquei o auxílio de uma ferramenta que, ao mesmo tempo em que garantisse qualidade de áudio, fosse de fácil acesso às pessoas entrevistadas. Por isso, optei pela plataforma Google Meet.

Além dos desafios supracitados, a falta de agenda foi um fator determinante para que uma das entrevistas fosse realizada via WhatsApp. Por este motivo, visando não prejudicar o cronograma de produção, as perguntas foram enviadas em formato de texto e a entrevistada respondeu em formato de áudio.

### **3.2 Entrevistas**

Falar sobre violência política não é uma tarefa simples, especialmente quando a pessoa entrevistada faz parte do grupo que, ainda hoje, é alvo de ataques e perseguições. Para alguns defensores e defensoras de direitos humanos, abordar o assunto pode acionar um gatilho mental. Nesse sentido, ao iniciar cada entrevista, me preocupei em criar um ambiente acolhedor, de escuta, para que as pessoas se sentissem seguras e respeitadas. Ademais, reforcei que a ideia era que a entrevista acontecesse de maneira fluida, como uma conversa, sem a necessidade de atender a padrões engessados.

Para a construção do roteiro de perguntas, busquei dados de cada localidade para adequar ao contexto da pessoa entrevistada. No entanto, em certos momentos, fiz a mesma pergunta para as ativistas entrevistadas, a fim de encontrar semelhanças ou diferenças nas respostas. Por vezes, a conversa fugiu ao roteiro, porém, evitei ao máximo interromper as pessoas entrevistadas. Quando o assunto seguia um caminho distinto do tema da entrevista, eu esperava o fim do raciocínio e retomava o assunto central.

Ao total, conversei com sete ativistas, sendo uma da região sul, três do sudeste, uma do norte, uma do nordeste e uma do centro-oeste. A diversidade regional não foi por acaso; busquei diferentes localidades para ter uma visão ampla de como pessoas de distintas regiões foram impactadas pela violência política no contexto das eleições. Após finalizar este processo, revisei os materiais, tendo em mente a necessidade de adequar o conteúdo à duração e ao tema tratado no podcast, e cheguei às entrevistas de Naiane Queiroz e Sheila Cristina, ativistas de diferentes regiões, faixas etárias e frentes de atuação.

### 3.3 Edição

Após as entrevistas, realizei a decupagem do material e selecionei as partes que se destacavam. Por fim, iniciei o roteiro, para conectar as falas das entrevistadas ao tema que seria explorado ao longo do podcast. A gravação da locução foi realizada de maneira remota, utilizando um celular, que funcionou como gravador, e um fone de ouvido, que funcionou como microfone. Para não comprometer a qualidade do áudio, foi escolhido um local silencioso e fechado, de modo que houvesse o mínimo de interferências externas possível. Gravar em casa foi uma tarefa desafiadora, tendo em vista a baixa estrutura se comparado a um estúdio; por outro lado, o ambiente me proporcionou maior conforto e desenvoltura perante o microfone.

O material foi editado com auxílio do *Audacity* — software gratuito de edição digital de áudio — e os áudios utilizados como *backgrounds* foram retirados, em sua maioria, do Free Music Archive — plataforma que disponibiliza sons livres de direitos autorais —, e de reportagens disponíveis online. O episódio piloto terminou em 20 minutos, e o roteiro ficou assim:

ÁUDIO	BACKGROUND/SONS/EFEITOS
Ao longo da história, a gente se depara com uma série de personagens que foram fundamentais para a luta por direitos.	
<p>Por exemplo: se o assunto é defesa dos direitos humanos, um nome que logo me vem à mente é Marielle Franco.</p> <p>Quando se fala sobre defesa do meio ambiente, de quem você lembra? Eu lembro de Chico Mendes: ambientalista, seringueiro e símbolo da luta pela preservação da Amazônia.</p>	

<p>Agora...você sabe o que esses dois personagens têm em comum? Não? Então eu te conto: ambos tiveram as suas vidas interrompidas por ousarem defender os meus e os seus direitos.</p>	
<p>Esses dois exemplos mostram que lutar contra violações de direitos humanos e ambientais significa colocar a sua própria vida em xeque. Apesar disso, ainda hoje, milhões de pessoas assumem o risco de enfrentar poderosos para lutar pelos direitos de todos e todas nós. A essas pessoas, nós damos o nome de defensoras de direitos humanos, e é sobre elas que nós vamos falar aqui. O meu nome é Ana Paula Carvalho e esse é o podcast “Memórias de Resistência”.</p>	<b>SOBE SOM</b>
<p>Defender os direitos humanos nunca foi uma tarefa simples, especialmente no Brasil. Para se ter uma ideia do cenário, um informe da relatoria da ONU sobre defensores de direitos humanos indicou que, de 2015 a 2019, 174 brasileiros foram assassinados. O número é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Colômbia, com 397 casos de execução.</p>	
<p>Sob a gestão de Jair Bolsonaro, a situação não foi diferente. Um levantamento recente da Global Witness apontou que no ano de 2020, vinte assassinatos de ativistas foram registrados no Brasil, colocando o país como o quarto mais violento no mundo. Como agravante, em 2021, relatores da ONU e mecanismos internacionais chamaram atenção para o enfraquecimento do programa de proteção de defensores de direitos humanos no Brasil.</p>	

<p>De 2019 a 2022, houve 1171 casos de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos, sendo 169 assassinatos e 579 ameaças. Ou seja: em média, três defensores e defensoras de direitos foram assassinados por mês.</p> <p>Um estudo feito pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global, apontou que o programa executou apenas 62% dos nove milhões e trezentos mil reais orçados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, demonstrando uma variação considerável se comparado aos governos Dilma e Temer, que tiveram, em média, mais de 90% de execução orçamentária.</p>	
<p>Além das denúncias de enfraquecimento do programa de proteção a defensores de direitos humanos, o governo Bolsonaro foi marcado por ataques constantes a esses grupos e, também, pela relativização da violência sofrida por defensores de direitos humanos e ambientais.</p>	
<p>Em junho de 2022, o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips chocou o mundo.</p>	<b>SONORA</b>
<p>Enquanto familiares, organizações da sociedade civil, ativistas e defensores de direitos humanos exigiam investigação célere sobre o caso, o então chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, classificou como “aventura não recomendada” a viagem de Bruno e Dom.</p>	<b>SONORA</b>

<p>O Parlamento Europeu exigiu que as autoridades brasileiras levassem a cabo, “uma investigação completa, imparcial e independente sobre os homicídios”, e se posicionou contra a retórica agressiva de Bolsonaro aos defensores de direitos humanos e ambientais. Apesar disso, a retórica agressiva continuou — e se estendeu até as eleições.</p>	
<p>Em outubro de 2022, não se falava sobre outro assunto a não ser eleições presidenciais. O clima de tensão pairava sobre as casas, igrejas, escolas e universidades, revivendo um problema que, infelizmente, não é raridade quando se trata de eleições no Brasil: a violência política.</p>	<p><b>SOBE SOM</b></p>
<p>A violência política é entendida como toda ação de pessoas e agentes públicos que busca desestimular ou impedir que agentes das pautas de direitos humanos participem das esferas políticas de atuação.</p>	
<p>Para se ter uma ideia, entre julho e setembro de 2022, meses que antecederam o primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil, a Anistia Internacional Brasil identificou 42 situações de violência política, praticadas por meio de ameaça, agressão verbal, agressão física ou até mesmo assassinato.</p>	
<p>No segundo turno, o cenário piorou. Foram catalogadas, ao todo, 59 situações de violência com motivação política entre 2 e 26 de outubro, um aumento de 40% em relação às situações verificadas durante o primeiro turno das eleições. Ou seja: em média, ocorreram pelo menos dois casos por dia. No mesmo ano, o número de casos</p>	

<p>de violência política cresceu mais de 400% se comparado a 2018. Segundo o levantamento, que mapeou 542 casos ilustrativos de violência política desde 2 de setembro de 2020 a 31 de outubro de 2022, o número de casos de violência política chegou próximo a alcançar a quantidade de casos registrados nos primeiros sete meses do ano eleitoral.</p>	
--	--

Para entender melhor como nós chegamos a esse cenário, eu procurei o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e conversei com a assessora jurídica popular da Terra de Direitos, Alane Luzia da Silva.

Alane, casos de violência contra defensores de direitos humanos não são novidade no Brasil, então é esperado que haja ocorrências dessa natureza. No entanto, o cenário que o Comitê imaginou antes do período eleitoral foi o mesmo depois das eleições?

**SONORA Alane** - Antes das eleições, desde o início do ano, a gente já imaginava que seria um cenário de muita violência. A gente não tinha como mensurar o dado que foi de violências, mas a gente já imaginava que seria de muita violência, tanto que a gente começou a pensar, desde o início do ano, o que a gente faria enquanto uma rede que trabalha com proteção para defensores de direitos humanos e o que a gente poderia fazer em relação a isso para contribuir com as defensoras e defensores de direitos humanos que escolhem atuar nesse espaço político como um espaço de luta por direitos. Não tinha como mensurar o dado, até porque a pesquisa que foi lançada — acho que logo depois do período eleitoral — pela Terra de Direitos com a Justiça Global, que já compara o dado do ano de 2022 com o dado de 2018, mostra 400% de aumento de 2022 em relação a 2018. Então eu acho que era difícil a gente chegar a esse dado, a gente imaginar que seria dessa forma, mas a gente já imaginava que seria muita violência, e a gente se preparou tanto com o curso para defensores que atuam nessa área — um curso de proteção para defensores de DH frente à violência política — e também a gente organizou um espaço onde os defensores poderiam nos procurar para trazer denúncias, pedir ajuda, encaminhar algum caso que eles estivessem vivenciando. Então, a gente já

É possível dizer que a retórica agressiva de Bolsonaro aos defensores de direitos humanos pode ter influenciado o comportamento dos seus apoiadores em casos extremos de agressão e ameaça a defensores?

imaginava esse cenário de muita violência, mas não tinha como mensurar o dado.

**SONORA Alane** - Sem dúvida que a retórica do governo foi preponderante para que houvesse incentivo ao ataque contra defensores e defensoras de DH. Desde a campanha de 2018, já existia essa retórica de ódio, já existiam vários apoiadores do candidato na época, o Bolsonaro, atacando defensores de DH. Isso se tornou quase que uma política de estado, não só o governo Bolsonaro quanto ministros que ele colocou no governo que fizeram sinais nazistas, que tinham uma retórica antidireitos humanos, antidefensores de DH. O governo chegou a fazer discursos extremamente violentos contra defensores de DH, dizendo que fazendeiros poderiam utilizar armas para defender, entre aspas, os territórios que eles dizem ser deles. O discurso do governo dizendo que indígenas e quilombolas eram um obstáculo para o desenvolvimento, e aí a necessidade da gente questionar que desenvolvimento é esse que ele tá falando, e toda a produção de um clima na sociedade que é permitido atacar defensores de direitos humanos e que isso não vai ter nenhum tipo de responsabilização, já que o governo, a presidência da república, que tem a responsabilidade de proteger essas vidas, é o primeiro a atacar, é o primeiro a ser contra os direitos das defensoras e defensores de direitos humanos, e promove um fomento ao ataque. Acho que não é nem uma conivência do ataque, é um fomento do ataque. Todo o processo, todo o discurso do governo foi parte integrante da constituição das violências que vieram

Uma pessoa que sentiu os impactos do fortalecimento da retórica antidireitos humanos no contexto das eleições foi Naiane Queiroz, ativista de Belém. Eu perguntei para ela como foi atuar no território, tendo em vista os preocupantes casos de assassinatos de defensores de direitos humanos na região.

tanto nesses quatro anos quanto no período eleitoral.

**SONORA Naiane** - Quando a gente vai falar dessa questão das eleições, falar direito ao voto, do direito a estar na rua para lutar nessa questão do que a gente acredita, das pautas que a gente acredita, é sempre um desafio - seja ele da gente se posicionar na rua corpo a corpo, de mobilizar as pessoas entregando um flyer, falando com nossos vizinhos, com pessoas que a gente conhece, ou até mesmo da gente se posicionando nas nossas redes sociais. As pessoas já vão sacar e falar 'putz, aquela ali defende aquilo e não defende aquilo'. Então, isso também é complicado, porque Belém é muito pequeno, então as pessoas conseguem facilmente saber quem nós somos e saber no que a gente acredita. Então, é muito fácil a gente se posicionar nesse sentido, mas também é muito desafiador a gente conseguir se manter com a nossa política, com a nossa verdade.

<p>A dois mil quilômetros de distância se encontra Sheila Correa, ativista de Campinas. Apesar dos diferentes contextos entre as duas cidades, a chance de sofrer violência pelo simples fato de defender os direitos humanos foi uma realidade em comum para as duas ativistas. Então, diferentemente de Naiane, que bateu de porta em porta para defender seus direitos, Sheila bateu de perfil em perfil, nas redes sociais.</p>	<p><b>SONORA Sheila</b> - Eu me senti vulnerável de fazer atividades de rua, no caso do ativismo, e ter também esse tipo de situação. A gente estava vivendo um momento onde tinham muita violência, muita hostilidade na rua, então eu me senti um pouco, sim. Mas, ao mesmo tempo, tentei. Insisti num ativismo online, tentei outras vias.</p>

Eu também conversei com Jurema Werneck, Diretora-Executiva da Anistia Internacional Brasil, que contou quais são as expectativas de futuro no que diz respeito à proteção de defensores e defensoras de DH, e como a Anistia Internacional tem atuado pela defesa dessas pessoas.

**SONORA Jurema Werneck** - A gente está em 2023, e os últimos anos foram extremamente violentos para quem foi ativista. E o que eu quero dizer com “quem é ativista”? Quem, por alguma razão, levanta a voz para exigir seus direitos, sejam os próprios os dos seus, da sua comunidade. Muito violento. O Brasil ainda é um dos países mais perigosos do mundo, é o quarto país do mundo que mais mata gente que luta. Mas, ao mesmo tempo, a gente tá fazendo... não apenas a gente mudou, entrou em outra fase onde que a luta a gente tem um ativista no poder, o Presidente é um ativista, mas também a gente volta àquela fase em que as coisas se recompõem. Mas, ainda assim, é preciso lembrar que o presidente ativista está lá em Brasília, e nas lutas cotidianas onde cada pessoa está, o risco ainda continua. A gente, aqui na Anistia Internacional no Brasil, a gente está mobilizando as pessoas para entender a importância do que elas fazem, delas transformarem a sua indignação em ação para fazer alguma coisa. E, ao mesmo tempo, para dizer para as pessoas em geral de que essas pessoas que transformam a sua indignação em luta, essas pessoas são uma riqueza que a gente precisa cuidar e preservar. Porque é graças a essas pessoas que as coisas vão ficando melhor. Graças a essas pessoas, que o poder muda de mão. Graças a essas pessoas que se abre um posto de saúde, se melhora uma escola, se consegue um transporte melhor. É graças a essas pessoas que o ser humano sonha, sonha com uma vida melhor. A gente está mobilizando as pessoas para contar para elas isso. Chamando gente que luta para contar para todo mundo isso e para a gente celebrar junto que elas existem, que é muito bom que elas existam e que essa alegria da gente, essa celebração de existir gente que quer uma vida melhor e luta por ela, vai ser bom para cada um e cada uma. É isso que a gente faz e é isso que a gente espera que todo mundo venha junto.

<p>Antes de irem, eu perguntei para Naiane e para Sheila o que significa ser ativista para elas. E elas responderam.</p>	<p><b>SONORA Naiane</b> - Eu penso que é ser uma pessoa que causa desconforto. Eu sempre falo que eu vim nesse mundo para causar desconforto e trazer mudança, seja ela uma mudança positiva ou negativa, mas no geral que cause desconforto das pessoas, porque quando eu te trago desconforto, eu vou te fazer pensar em algo, então bagunça tua cabeça e te faz movimentar. Então, ser ativista para mim é isso, te causar o desconforto e te levar à mudança. Eu me colocaria como isso.</p>
	<p><b>SONORA Sheila</b> - Ser ativista, para mim, é você se dedicar a uma mudança que começa internamente por você mesmo, e a partir do momento em que você sente essa necessidade de mudar a sua forma de pensar, de agir, de atuar como ser humano, você tem uma vontade muito grande de transformar o mundo, então o ativismo é amor, é empatia, solidariedade... é você conseguir se transformar e tentar, de alguma maneira, influenciar através dos seus exemplos que é possível transformar o mundo que a gente está hoje em um lugar mais habitável, tanto na forma socioambiental como nas relações, respeitando os direitos humanos, tendo que todas as pessoas são iguais, e que apesar das nossas diferenças físicas e de opiniões e emocionais, nós temos os mesmos direitos e esses direitos não deveriam ser diferenciados para um grupo ou para outro.</p>
	<b>EFEITO</b>
<p>Ao longo dessa jornada, você viu - ou melhor, ouviu - alguns dos vários desafios enfrentados por pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil. Talvez, isso tenha feito você pensar: então por que alguém escolhe lutar pelos direitos de</p>	

quem ela mal conhece? Por que defender uma causa que pode custar a sua própria vida?

Se essas perguntas passaram pela sua cabeça, ou se não passaram mas você ainda não se convenceu da importância de defender a agenda de direitos humanos, eu vou listar três motivos para você começar a defender.

O primeiro motivo é que os direitos humanos se aplicam a todas as pessoas do mundo, não importa a origem, credo, gênero, idade ou classe social. Então, não é verdadeira a ideia de que algumas pessoas se beneficiam mais ou menos dos direitos humanos.

Isso nos leva para o segundo motivo, que é: lutar por direitos significa pensar em si mesmo e no próximo. Raciocina comigo: quando você fecha os olhos para violações de direitos humanos que acontecem com determinados grupos, você abre margem para poderosos e tomadores de decisão violarem os seus direitos, quando os seus direitos atrapalham os planos deles. Percebeu?

O terceiro e último motivo é: não existe democracia sem direitos humanos. É através da defesa irrestrita desses direitos, que nós alcançamos o desenvolvimento e construímos uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

Como bem disse Jurema Werneck, o Brasil ainda é um dos países mais perigosos do mundo para quem luta por direitos. Mas, para essas pessoas, desistir não é uma

opção. Afinal, lutar por direitos é questão de sobrevivência.	
	<b>SOBE SOM</b>

### **Considerações finais**

O motivo pelo qual escolhi pesquisar sobre pessoas defensoras de direitos humanos está diretamente ligado ao fato de eu ter acompanhado, em um período tão desafiador, a coragem e o esforço feito por pessoas que encaram violações de direitos humanos como uma questão pessoal. Ser ativista no Brasil significa colocar a sua própria vida em risco, tendo em vista que o país é o quarto do mundo com o maior número de assassinatos de defensores de direitos humanos e do meio ambiente; apesar disso, todos os dias, milhares de pessoas escolhem lutar para que os direitos de cada cidadão e cidadã sejam respeitados.

O podcast “Memórias de Resistência” e o relatório de produção falam sobre uma problemática antiga na história do país, sob a ótica de jovens ativistas que, apesar do cenário adverso, resistiram e, certamente, seguirão resistindo. Neste ano, as eleições retornam — desta vez, para definir as figuras que ocuparão os cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Apesar do cenário distinto, os tensionamentos se repetem, e o tema retorna ao centro do debate. Por isso, ouvir e reverberar as estratégias utilizadas para atravessar um período tão ameaçador significou a conversão de um simples trabalho de conclusão de curso em um serviço de utilidade pública.

Conforme dito anteriormente, enxergo o podcast como uma potente ferramenta de comunicação, tendo em vista sua acessibilidade em relação à produção, edição e distribuição. E, enquanto futura jornalista que pretende compartilhar aprendizados e facilitar o acesso a informações que, por vezes, se restringem à academia, avalio que o trabalho cumpriu seu papel de não apenas informar através de uma linguagem acessível, mas também inspirar e mostrar que há caminhos possíveis para quem acredita na construção de um mundo melhor.

Embora este trabalho de conclusão de curso se concentre em apenas um episódio, o “Memórias de Resistência” não se encerra aqui. Espera-se, em um contexto fora da academia, dialogar com outras pessoas defensoras de direitos humanos e socializar com os ouvintes as formas de resistência e os caminhos adotados por ativistas em contextos desafiadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, André. Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

BONINI, Tiziano. A “segunda era” do podcasting: reenquadrando o podcasting como um novo meio digital massivo, 2020.

CARVALHO, Paula Marques de. Podcast: Novas possibilidades sonoras na Internet. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Católica de Pernambuco, 2 a 6 de setembro de 2011.

CASTRO, G. G. S. (2005). Podcasting e consumo cultural. E-Compós, 4.  
<https://doi.org/10.30962/ec.53>

FERRARETTO, L. A., & Kischinhevsky, M. (2011). Rádio e convergência: uma abordagem pela economia política da comunicação. Revista FAMECOS, 17(3), 173-180.  
<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2010.3.8185>

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. Aleph, 2009.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e Mídias Sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. (2018). Rádio em episódios, via internet: aproximações entre o podcasting e o conceito de jornalismo narrativo.

LINDGREN, Mia. Jornalismo narrativo pessoal e podcasting. Tradução: Gustavo Ferreira. Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 112-136, jan./abr. 2020.

LOPEZ, Debora Cristina. Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. 301 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA, Salvador, 2009a.

MEDEIROS, M. S. Podcasting: Um Antípoda Radiofônico. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29., 2006, Brasília. Anais... São Paulo: Intercom, 2006. P. 1-11.

MEDEIROS, M. S. (2005). Podcasting: Produção Descentralizada de Conteúdo Sonoro. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Rio de Janeiro.

Na linha de frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (2019 a 2022). Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/nalinhadefrente/>

SILVA, Sérgio Pinheiro da; SANTOS, Régis Salvarani dos. O que faz sucesso em podcast? Uma análise comparativa entre podcasts no Brasil e nos Estados Unidos em 2019. Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 49-77, jan./abr. 2020.

Anistia Internacional: Informe 2022/23: O estado dos direitos humanos no mundo, 27 de março de 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/5670/2023/bp/>

Guia de metodologia participativa para educação em direitos humanos. Disponível em: <https://anistia.org.br/material-ativismo/baixe-o-guia-de-metodologia-participativa-para-educacao-em-direitos-humanos/>

Programa de proteção a defensores de direitos humanos chega ao fim do governo Bolsonaro enfraquecido, diz pesquisa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/12/programa-de-protecao-a-defensores-de-direitos-humanos-chega-ao-fim-do-governo-bolsonaro-enfraquecido-diz-pesquisa.ghtml>

Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020 / Coordenação: : Élide Lauris, Sandra Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo – Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p. Disponível em: [http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio\\_Violencia-Politica\\_FN.pdf](http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf)

